PESQUISA EM SÍNTESE

O Ensino Fundamental em um dos Brasis:*

Uma avaliação por meio de dados agregados

Candido Alberto Gomes**
Alberto Merchede***

RESUMO

O trabalho apresenta uma visão geral do ensino fundamental nas três Regiões de menor desenvolvimento do Brasil, isto é, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para isso utiliza dados dos censos educacionais de 1991 e 1995 e do SAEB/95. As variáveis selecionadas reiteram as desigualdades regionais e a situação de desvantagem das três Regiões. Apesar do aumento do tamanho médio dos estabelecimentos, ainda persistem muitas escolas pequenas e dispersas. Parte ponderável das matrículas se urbanizou, acompanhando as migrações rurais-urbanas. O nível de formação dos professores teve significativo avanço e se reduziram a reprovação e o abandono. Os resultados em geral indicam a necessidade de políticas específicas para reduzir o hiato entre as regiões do Brasil.

Palavras-chave: *ensino fundamental; sucesso escolar; rendimento escolar; migrações; política educacional.*

Candido Alberto Gomes
Doutor em Educação, University of California. Prof. Titular, UCB.
Alberto Merchede
Mestre em Educação e Prof. Assistente, Universidade Católica de Brasília.

1. Introdução

As disparidades regionais têm sido de tal ordem que há décadas se fala de dois ou mais Brasis. Este trabalho se propõe a apresentar uma visão panorâmica do ensino fundamental no Brasil de menor desenvolvimento relativo, isto é, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (embora haja, em cada uma, grandes diferenças intra-regionais). Não visando a oferecer uma visão estática, similar à de uma fotografia, adota um horizonte cronológico de curto prazo, utilizando para isso os dados da Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC) do Ministério da Educação e do Desporto referentes, com maior freqüência, a 1991 e 1996. São assim abordados os estabelecimentos, as funções docentes, a matrícula e algumas variáveis relacionadas à eficiência, como taxas de aprovação, de reprovação, de abandono e de distorção série-idade.

(*) Artigo baseado em trabalho realizado para o Projeto Nordeste, sob o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

(**) Filiação Institucional: Consultor Legislativo do Senado Federal. (***) Prof. Assist. da UnB.

Além disso, no que se refere aos resultados do ensino fundamental, serão analisados dados do SAEB/95.

2. O perfil da distribuição dos estabelecimentos

Um indicador básico para o ensino fundamental é o número de estabelecimentos. Na Região Norte, de 1991 a 1996, houve um aumento de 20,0 por cento do total dos mesmos, quando, no Brasil como um todo, verificou-se quase estabilidade (tabela 1). O maior número de estabelecimentos estava precisamente na dependência municipal, constituindo-se certamente de unidades de menor porte, localizadas com freqüência na área rural. Foi nessas categorias, municipal e rural, que, na Região Norte, houve menor crescimento no período em foco, seguindo-se-lhes os estabelecimentos particulares e estaduais. No caso das escolas privadas, o aumento do seu número pode ser resposta à demanda, como resultado da expansão de certas faixas de rendimento e/ou da decisão de certo número de famílias no sentido de buscar uma alternativa à escola pública, por problemas enfrentados por esta. A quantidade de estabelecimentos federais se reduziu significativamente, seja na Região Norte, seja no País como um todo, em vista do papel constitucional da respectiva esfera de governo. Por isso, cabe esclarecer que, em toda a nossa análise, excluímos a dependência federal. É importante lembrar que, pela Carta de 1946, inverteram-se os papéis dos sistemas de ensino: o sistema federal, responsável pelo ensino médio e superior, passou a ser supletivo, nos limites das deficiências locais, enquanto os sistemas dos Estados, encarregados que eram dos níveis "menores" - o ensino primário e a formação de professores normalistas -, tornaram-se preferenciais. Formou-se, pois, um sistema binário, que só veio a ser basicamente alterado pela Constituição de 1988. Esta última, entre outras providências, estabeleceu sistemas de ensino municipais, criando um sistema ternário e impelindo à descentralização; sobretudo do ensino fundamental e da educação pré-escolar *(Boaventura, 1996)*. Dessa forma, os dados aqui analisados refletirão o papel cada vez mais residual da União e o papel emergente dos Municípios em suas competências constitucionais e legais, motivo por que este esclarecimento deve estar sempre em mente.

Acompanhando o ritmo da expansão populacional, resultante inclusive, das migrações, o crescimento dos estabelecimentos urbanos foi superior ao dobro do incremento das escolas rurais. Ainda assim, é evidente a predominância de pequenas unidades na área rural, eis que estas correspondiam em 1996 a 82,8 por cento do total.

O número de alunos por estabelecimento é considerado como indicador, ao longo do presente trabalho, do porte dos estabelecimentos. No caso da Região Norte, os dados confirmam a pulverização dos mesmos, acompanhando o padrão de subpovoamento rural e apresentando porte expressivamente inferior ao do Brasil (tabela 2). Apesar de a média se ter elevado de 106 para 111 alunos por estabelecimento no período em tela, a dispersão ainda é óbvia, dificulta ações de política educacional.

TABELA 1 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
ENSINO FUNDAMENTAL - Estabelecimentos por Dependência Administrativa, Localização e Série - 1991 e 1996

ESPECIFICAÇÃO	1991	1996	CRESCIMENTO
BRASIL (TOTAL)	100,0 (N=193.700)	100,0 (N=195.767)	1,1
Dependência administrativa:			
Federal	0,2	0,1	-644,7
Estadual	23,9	24,1	1,8
Municipal	69,6	67,7	-1,7
Particular	6,2	8,1	31,5
Localização:			
Urbana	27,1	31,5	17,3
Rural	72,9	68,5	-5,0
REGIÃO NORTE (TOTAL)	100,0 (N=21.146)	100,0 (N=25.379)	20,0
Dependência administrativa:			
Federal	1,3	0,1	-89,4
Estadual	21,6	23,7	31,4
Municipal	74,6	73,5	18,2
Particular	2,4	2,6	34,2
Localização:			
Urbana	14,7	17,2	40,6
Rural	85,3	82,8	16,5
REGIÃO NORDESTE (TOTAL)	100,0 (N=88.820)	100,0 (N=91.105)	2,6
Dependência administrativa:			
Federal	0,1	0,1	-2,4
Estadual	11,7	11,5	1,3
Municipal	81,9	79,5	-0,4
Particular	6,3	8,8	44,1
Localização:			
Urbana	21,4	24,7	18,7
Rural	78,6	75,3	-1,8
REGIÃO CENTRO-OESTE (TOTAL)	100,0 (N=11.660)	100,0 (N=11.010)	2,6
Dependência administrativa:			
Federal	0,2	0,1	-50,0
Estadual	24,3	23,8	-7,4
Municipal	68,4	64,5	-11,0
Particular	7,2	11,6	53,1
Localização:			
Urbana	34,2	44,6	23,0
Rural	65,8	55,4	-20,4

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

TABELA 2 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
ENSINO FUNDAMENTAL - Número de Alunos por Estabelecimento
1991 e 1996

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE ALUNOS / ESTABELECIMENTO
BRASIL:	
1991	151
1996	169
REGIÃO NORTE:	
1991	106
1996	111
REGIÃO NORDESTE:	
1991	97
1996	115
REGIÃO CENTRO-OESTE:	
1991	184
1996	218

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

A Região. Nordeste, por sua vez, apresentou crescimento muito menor do número de estabelecimentos (2,6 por cento contra 20.0 por cento da Região Norte), que tenderam a alcançar maior porte médio, como veremos (tabela 1). Reduziram-se o número absoluto e o percentual tanto de estabelecimentos federais quanto municipais, estes últimos ainda constituindo, de longe, a maior parte do total. Trata-se de um grande número de unidades que se espalha pela área rural e pelas pequenas cidades, assegurando capilaridade ao sistema. Pouco cresceu (1,3 por cento) o segundo contingente de estabelecimentos da Região - os estaduais -, mas o incremento de estabelecimentos particulares foi muito maior que o do Norte. Quanto à localização, verificamos que a proporção de estabelecimentos na área rural caiu de 78,6 para 75,3 por cento, colocando-se, assim, abaixo do percentual do Norte (82,8 por cento), mais uma vez espelhando a dispersão da população rural. Por fim, no que se refere à relação alunos por estabelecimento, que era menor que a do Norte em 1991, tomou-se maior, em 1996 (tabela 2).

Na Região Centro-Oeste ocorreu o decréscimo geral dos estabelecimentos, exceto na dependência particular, em que se manifestou aumento de 53,1 por cento, o maior das três Regiões. Como no Nordeste, reduziu-se o número de estabelecimentos na área rural, mas em proporções muito maiores (20,4 por cento a menos que em 1991).

Também constatamos o aumento do porte médio dos estabelecimentos (tabela 2), mensurado pelo número de alunos por estabelecimento. Este cresceu ainda mais, passando da média de 184 para 218 alunos por estabelecimento em cinco anos.

Ao compararmos essas Regiões com

os totais nacionais, observamos que as mesmas se inserem em grande parte nas tendências do País. O Norte discrepa, entretanto, no que tange ao crescimento das redes estadual e municipal, que, no Brasil, foi muito pequeno ou negativo. Já a rede particular teve amplo crescimento. De modo geral, o incremento do número de estabelecimentos foi bem mais alto que o do País.

3. O perfil da distribuição de docentes e discentes

Passando às funções docentes (observemos que um mesmo professor pode ser computado mais de uma vez, pelo critério adotado), a Região Norte revela perfil diferente daquele relativo aos estabelecimentos, do mesmo modo que o Brasil como um todo (tabelas 3 e 4): ao passo que os estabelecimentos municipais constituem maioria (v. tabela 1), o número de funções docentes da rede estadual é quase o dobro da rede municipal. Tais resultados mostram que os estabelecimentos municipais, tendo proporcionalmente menos funções docentes que os estaduais, tendiam a ser menores e a se dedicarem preferentemente à faixa da primeira à quarta série, enquanto a tendência oposta se manifestava nas escolas estaduais. No que tange ao crescimento em 1991-96, aumentou o número de funções docentes da rede estadual, sugerindo mais professores por estabelecimento. Também o crescimento de funções docentes foi mais alto que o de estabelecimentos, com um possível aumento do porte médio dos estabelecimentos. Por sua vez, o ensino particular teve crescimento menor das funções docentes em face do número de estabelecimentos, o que sugere expansão na área urbana, talvez com estabelecimentos menores. Em face da localização, em contraste com 82,8 por cento dos estabelecimentos em área rural, 68,0 por cento das funções docentes estavam na área urbana, uma inversão que indica a presença de escolas

TABELA 3 - Brasil - ENSINO FUNDAMENTAL - Funções Docentes por Dependência Administrativa, Localização e Grau de Formação
1991 e 1996 Em %

ESPECIFICAÇÃO	1991	1996	CRESCIMENTO
BRASIL (TOTAL)	100,0 (N=1.295.965)	100,0 (N=1.388.247)	7,1
Dependência adm.			
Federal	0,3	0,2	-43,0
Estadual	55,3	50,5	-2,2
Municipal	31,0	34,4	18,6
Particular	13,3	15,0	20,0
Localização:			
Urbana	78,4	79,7	8,9
Rural	21,6	20,3	0,7
Grau de formação:			
Fundamental incompleto	5,6	4,6	-11,8
Fundamental completo	5,2	4,4	-9,3
Médio completo	48,2	47,2	4,9
Superior completo	41,0	43,8	14,4

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

TABELA 4 - Região Norte - ENSINO FUNDAMENTAL - Funções Docentes por Dependência Administrativa, Localização e Grau de Formação 1991 e 1996

Em %

ESPECIFICAÇÃO	1991	1996	CRESCIMENTO
NORTE (TOTAL)	100,0 (N=84.870)	100,0 (N=104.756)	23,4
Dependência adm.			
Federal	2,9	0,4	-83,9
Estadual	54,9	57,1	28,4
Municipal	34,9	35,3	24,6
Particular	7,3	7,3	22,9
Localização:			
Urbana	67,1	68,0	25,1
Rural	32,9	32,0	20,0
Grau de formação:			
Fundamental incompleto	15,2	10,2	-17,2
Fundamental completo	13,9	12,5	11,2
Médio completo	56,5	60,8	32,9
Superior completo	14,4	16,4	40,7

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

unidocentes rurais e, provavelmente, escolas sem professores em áreas consideradas mais difíceis.

A formação predominante foi o ensino médio completo, em coerência com a concentração das funções docentes da primeira à quarta série. Essa categoria também teve pronunciado aumento no período focalizado, superado apenas pelo de funções docentes exercidas por pessoas com o curso superior completo. Além do aumento da oferta de graduados, o fato reflete a expansão do ensino de quinta a oitava série e o possível deslocamento de professores leigos para outros papéis.

A matrícula, como as funções docentes, atingiu maior percentagem na dependência estadual, reforçando a indicação sobre o pequeno porte das escolas municipais, conforme, aliás, os dados totais para o Brasil (tabela 5). O crescimento do corpo discente foi também maior na rede estadual. O ensino particular teve crescimento tanto de docentes, quanto de discentes, maior que o número de estabelecimentos, o que supõe aumento do porte e da complexidade das escolas. No todo, as funções docentes cresceram menos que a matrícula, apesar da expansão das séries finais do ensino fundamental, sugerindo o alcance de maior eficiência. Assim, inverteu-se a tendência ao longo dos anos 80 nas estatísticas nacionais (Gomes, 1996).

Estratificando os dados por localização, verificamos que, no total do Brasil, cresceu mais o alunado que o corpo docente de área urbana, ao passo que o contrário ocorreu na área rural (cada vez mais estariam os alunos se rarefazendo?). Quanto ao número de alunos por função docente na Região Norte, como no País, apresentou pequeno aumento (tabela 6).

A Região Nordeste apresentou quase metade das funções docentes na rede mu-

TABELA 5 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
ENSINO FUNDAMENTAL - Matrícula por Dependência Administrativa e Localização - 1991 e 1996

Em %

ESPECIFICAÇÃO	1991	1996	CRESCIMENTO
BRASIL (TOTAL)	100,0 (N=29.203.724)	100,0 (N=33.131.270)	13,4
Dependência administrativa:			
Federal	0,3	0,1	-64,9
Estadual	57,2	55,7	10,5
Municipal	30,0	33,0	24,5
Particular	12,4	11,2	2,5
Localização:			
Urbana	81,4	82,7	15,2
Rural	18,6	17,3	5,9
REGIÃO NORTE (TOTAL)	100,0 (N=2.246.339)	100,0 (N=2.820.531)	25,6
Dependência administrativa:			
Federal	2,8	0,2	-89,1
Estadual	57,5	61,3	33,9
Municipal	33,1	32,8	24,7
Particular	6,6	5,6	6,0
Localização:			
Urbana	71,2	72,7	28,3
Rural	28,8	27,3	18,8
REGIÃO NORDESTE (TOTAL)	100,0 (N=8.650.474)	100,0 (N=10.475.469)	21,1
Dependência administrativa:			
Federal	0,1	0,1	-28,8
Estadual	40,0	39,6	20,0
Municipal	46,2	47,2	23,7
Particular	13,7	13,1	15,9
Localização:			
Urbana	68,0	69,6	23,9
Rural	32,0	30,4	15,1
REGIÃO CENTRO-OESTE (TOTAL)	100,0 (N=2.140.062)	100,0 (N=2.400.822)	12,2
Dependência administrativa:			
Federal	0,3	0,1	-48,8
Estadual	66,9	62,9	5,5
Municipal	21,6	25,7	33,5
Particular	11,3	11,3	12,3
Localização:			
Urbana	87,5	90,8	16,3
Rural	12,5	9,2	-16,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

TABELA 6 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
ENSINO FUNDAMENTAL - Número de Alunos por Função Docente
1991 e 1996

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE ALUNOS / FUNÇÃO DOCENTE
BRASIL :	
1991	22,5
1996	23,9
REGIÃO NORTE:	
1991	26,5
1996	26,9
REGIÃO NORDESTE:	
1991	23,5
1996	25,2
REGIÃO CENTRO-OESTE:	
1991	25,0
1996	24,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

TABELA 7 - Região Nordeste - ENSINO FUNDAMENTAL - Funções Docentes por Dependência Administrativa, Localização e Grau de Formação
1991 e 1996

Em %

ESPECIFICAÇÃO	1991	1996	CRESCIMENTO
NORDESTE (TOTAL)	100,0 (N=367.989)	100,0 (N=416.122)	13,1
Dependência adm.			
Federal	0,1	0,1	-10,5
Estadual	38,8	34,7	1,2
Municipal	46,7	47,7	15,3
Particular	14,3	17,5	38,0
Localização:			
Urbana	65,6	67,3	16,0
Rural	34,4	32,7	7,6
Grau de formação:			
Fundamental incompleto	12,9	10,8	-5,4
Fundamental completo	9,5	7,7	-7,7
Médio completo	58,2	58,0	12,8
Superior completo	19,5	23,5	36,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

nicipal, para quase quatro quintos do total de estabelecimentos dessa dependência, certamente muito pequenos, como já assinalamos - (tabela 7). Seguiram-se as redes estadual e particular. As mudanças no quinqüênio, porém, foram de acelerado incremento das funções docentes do ensino particular, o que pode indicar o cres-

cimento dos estabelecimentos existentes, valendo-se das vantagens da economia de escala. A rede estadual manteve quase estável o número de funções docentes.

Correspondendo ao conhecido quadro populacional, a maioria das funções docentes no Nordeste não só se concentrou na área urbana, como o seu crescimento foi o dobro da área rural. O grau de formação avançou de modo marcante, com retração das categorias ensino fundamental completo e incompleto e aumento maior do nível superior completo. Esses últimos docentes provavelmente trabalhavam na faixa da quinta à oitava série.

De modo geral, a matrícula cresceu sensivelmente mais que as funções docentes, em especial na rede mantida pelos Municípios, diminuindo eventual capacidade ociosa em certos casos e ocasionando superlotação em outros. Quase metade do total da matrícula se encontrava na rede municipal, evidenciando mais uma vez o modesto papel dos Estados na Região. No período em tela o número de discentes aumentou proporcionalmente mais que o de estabelecimentos, de modo que estes últimos devem ter-se tornado em média maiores, podendo ter ocorrido avanço da rede da tradicional área rural para a urbana. O número de alunos das escolas particulares experimentou aumento menor que o das funções docentes e dos estabelecimentos (15,19, 38.0 e 44,1 por cento). O incremento daquelas escolas pode dever-se à oferta de vagas de quinta a oitava série. No que se refere à localização, acentuou-se ainda mais a concentração de alunos na área urbana. Por outro lado, a relação alunos por função docente vem confirmar o melhor aproveitamento de pessoal no total.

Na Região Centro-Oeste a rede estadual predominou por larga margem, quer quanto às funções docentes, quer quanto à matrícula (tabela 8). Como o

TABELA 8 - Região Centro-Oeste - ENSINO FUNDAMENTAL - Funções Docentes por Dependência Administrativa, Localização e Grau de Formação 1991 e 1996

Em %

ESPECIFICAÇÃO	1991	1996	CRESCIMENTO
CENTRO-OESTE (TOTAL)	100,0 (N=85.551)	100,0 (N=99.676)	16,5
Dependência adm.			
Federal	0,3	0,2	-31,4
Estadual	64,3	57,5	4,2
Municipal	22,6	26,4	36,0
Particular	12,9	16,0	44,8
Localização:			
Urbana	84,3	86,8	20,0
Rural	15,7	13,2	-2,2
Grau de formação:			
Fundamental incompleto	3,8	2,4	-27,5
Fundamental completo	6,7	4,2	-27,4
Médio completo	50,7	48,2	10,8
Superior completo	38,8	45,2	35,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

número de estabelecimentos, tanto da rede estadual quanto municipal se reduziu no período observado e se registraram incrementos do número de professores e de alunos, são reiterados os dados gerais de aumento do porte dos estabelecimentos. O número de funções docentes dos Municípios teve aumento de mais de um terço, enquanto o da rede particular cresceu quase a metade. No caso dessa última, o número de estabelecimentos cresceu ainda mais, provavelmente levando a uma redução média do seu tamanho.

Na área rural, o número de funções docentes chegou a reduzir-se. Quanto ao grau de formação do professorado como um todo, houve melhoramento do seu perfil, com a maior elevação percentual incidindo sobre os graduados de nível superior. Novamente a expansão da quarta à oitava série deve ter contribuído para isso.

Já as matrículas tiveram incremento total inferior ao do número de funções docentes. Quase dois terços da matrícula estavam sob a responsabilidade do poder público estadual, cerca de um quarto sob a responsabilidade dos Municípios e pouco mais de um décimo se encontrava na rede particular. No entanto, o maior aumento no qüinqüênio correspondeu à esfera municipal, inferior, contudo, ao do número de funções docentes. Outro incremento significativo foi o da matrícula da rede particular, também inferior ao crescimento das funções docentes. Em compensação, a rede estadual aumentou as matrículas mais que as funções docentes, elevando também a sua eficiência.

Na área urbana como um todo, que reunia quase nove décimos da matrícula total, o crescimento das funções docentes também superou o número de discentes. Na área rural provavelmente havia superávit de funções docentes, já que o percentual de redução de matrículas foi muito maior que a dessas funções. Em conseqüência dos dados antes relatados, o número de alunos por função docente caiu quase um ponto no total.

Comparando as três Regiões com os totais nacionais, verificamos que elas tiveram geralmente crescimento das funções docentes e do alunado acima da média nacional no período em exame. A distribuição por rede mostra que, quanto às funções docentes e à matrícula, o Norte e o Centro-Oeste tinham a rede estadual de maior proporção. O Nordeste, entretanto, apresentava o predomínio da rede municipal. O Brasil como um todo dirigiu-se, no qüinqüênio, para a municipalização do ensino fundamental, assim como o Nordeste e o Centro-Oeste, a julgar pelas tendências verificadas. O mesmo, porém, não se verificou no Norte. A propensão geral apontada parece ligada às mudanças que a Carta de 1988 introduziu. Por sua vez, o crescimento dos estabelecimentos particulares ocorreu no Centro-Oeste em maior proporção. No que se refere à urbanização das matrículas, também o Centro-Oeste superou o Brasil, enquanto as Regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo do nível nacional. Cabe-nos ainda ressaltar que a matrícula cresceu mais rápido no Norte e no Nordeste, nessa ordem, que no Brasil como um todo, buscando vencer o hiato do acesso.

Por sua vez, o professorado apresentou perfil de formação mais modesto no Nordeste e no Norte, tendo o Centro-Oes-

te superado os níveis do País, apesar de os dados não incluírem o Distrito Federal. A brecha, todavia, tendeu a diminuir, pois o ritmo de crescimento superou os números nacionais, com o Norte e o Nordeste à frente.

A relação alunos por função docente cresceu no País mais de um ponto, tendência também ocorrente no Norte e, sobretudo, no Nordeste. O Centro-Oeste, entretanto, reduziu tal proporção.

4. Os resultados da escolarização: aprovação, reprovação e abandono

Outros importantes indicadores são as taxas de aprovação e reprovação, relacionadas à tradicional problemática do fracasso escolar (tabela 9). Os dados revelam que as taxas de aprovação para o Brasil como um todo aumentaram de 60.6 para 68.4 por cento entre 1988 e 1995, ou seja, um avanço de 7,8 pontos percentuais em quase uma década. Se tal crescimento se distribuísse uniformemente no tempo, ocorreria ao ritmo de quase 1,0 por cento ao ano, confirmando que a su-

TABELA 9 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
ENSINO FUNDAMENTAL - Taxas de Aprovação Reprovação e Abandono por Série (%) - 1988 e 1995

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL		SÉRIES - 1995							
	1988	1995	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
BRASIL										
Aprov.	60,6	68,4	56,6	67,9	74,9	78,6	62,4	68,8	73,5	79,4
Reprov.	18,8	15,5	19,0	18,8	13,3	10,0	19,1	15,6	12,2	8,2
Abandono	20,6	16,1	24,4	13,3	11,8	11,4	18,5	15,6	14,3	12,4
NORTE										
Aprov.	57,1	58,8	49,0	61,5	65,5	68,7	51,8	59,5	65,0	70,2
Reprov.	22,4	17,9	22,4	18,1	14,9	12,0	22,3	17,7	12,9	9,8
Abandono	20,5	23,3	28,6	20,4	19,6	19,3	25,9	22,8	22,1	20,0
NORDESTE										
Aprov.	54,3	60,7	49,1	61,3	67,3	71,6	56,8	65,0	68,9	75,7
Reprov.	22,3	19,1	25,4	20,2	15,9	12,4	20,7	16,2	14,2	9,4
Abandono	23,4	20,2	25,5	18,5	16,8	16,0	22,5	18,8	16,9	14,9
CENTRO-OESTE										
Aprov.	51,5	68,6	61,4	73,1	75,6	78,4	59,5	65,0	68,9	73,5
Reprov.	15,0	14,9	20,0	14,5	12,2	9,4	19,1	15,9	12,9	9,4
Abandono	33,5	16,5	18,6	12,4	12,2	12,2	21,4	19,1	18,2	17,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

peração dessas dificuldades do sistema educacional tem sido muito lenta, ainda mais se consideramos que as estatísticas de aprovação não incluem os alunos que abandonaram a escola ante a iminência de reprovação.

A desagregação por série mostra que a média do ensino fundamental ocultou variações significativas. Assim, as mais altas taxas de reprovação ocorreram, pela ordem, na quinta, primeira e segunda séries, isto é, nos grandes gargalos da entrada na escolarização (apesar de múltiplas providências, como a criação do ciclo básico em determinados período, em determinadas redes) e da passagem do regime de professor de turma para professor de componente curricular.

Outro indicador de fracasso implícito nos dados é a taxa de abandono, que decresceu no período, mas ainda representava um desperdício de quase um quinto do total de alunos, isto é, de cada 100 alunos que começaram o ano letivo de 1996 no Brasil, 16,1 por cento deixaram a escola ao longo do mesmo e 15,5 por cento foram reprovados. Mais uma vez, as séries em que ocorreu mais abandono foram a primeira e a quinta, sendo que o percentual da primeira série aumentou significativamente no período observado.

O Brasil como um todo conseguiu reduzir a sua taxa de abandono, no período, de 20,6 para 16,1 por cento. As séries em que os alunos mais deixaram a escola foram a primeira e a quinta, já conhecidas como pontos de estrangulamento - sendo que houve um aumento ponderável na primeira série.

Passando à estratificação dos dados por Região, as mais altas taxas de reprovação ocorreram no Norte e no Nordeste e as de aprovação no Centro-Oeste. É digno de nota que, no interstício observado, conseguiram ganhos significativos, apesar de a taxa de reprovação ter-se mantido praticamente a mesma no Centro-Oeste e a taxa de aprovação ter obtido avanço nas três Regiões. Ainda assim, o Norte e o Nordeste continuaram abaixo das médias nacionais, enquanto o Centro-Oeste se achava ligeiramente acima. De modo geral, a comparação com o País registra a incidência de maior fracasso escolar nas mesmas séries. Todavia, a Região Norte, tanto em 1988 como em 1995, teve mais altas taxas de reprovação também nessas séries.

O Nordeste repetiu de modo geral esse padrão nos dois anos letivos selecionados. Portanto, a maior incidência de reprovação ocorreu na primeira série, sendo, talvez, tão severa que teria tornado menor o estrangulamento da quinta série. Já no Centro-Oeste a primeira série superou a quinta por pequena margem.

No que se refere ao abandono, as médias do Norte, superiores às do Brasil, em 1996, aumentaram no período em tela, especialmente na primeira série. Não podemos, pois, considerar apenas a reprovação, mas, pela sua magnitude, também o abandono como manifestação do fracasso escolar. A desistência estava de tal modo ligada a fatores endógenos da escolarização que os picos foram a primeira e a quinta série, já destacadas. Não houve aumento das taxas à medida que os alunos se aproximavam ou chegavam à oitava série

apesar de a sua idade e o custo de oportunidade aumentarem. O Nordeste se situava acima da média nacional, porém com diminuição no período analisado. O Centro-Oeste, por sua vez, experimentou redução do abandono para quase a metade do valor de 1988, mas, ainda assim, acima dos números para o Brasil. A taxa de reprovação, todavia, se manteve estável, com incremento na primeira série, o que corrobora a observação antes apresentada. Como nas demais Regiões focalizadas, o fato ocorreu com maior freqüência na primeira e na quinta série.

Outro indicador de eficiência é a distorção série-idade, que aponta o percentual de alunos com idade não recomendada para as séries freqüentadas. Os valores mais recentes evidenciam que, por ingresso tardio na escola ou, sobretudo, pela reprovação, repetência e abandono intermitente, a distorção foi muito alta.

Num cenário ideal, sem alterações da população escolar resultantes das taxas de natalidade e mortalidade e de outros fatos, os alunos teriam plena continuidade dos estudos, ou seja, o mesmo número se manteria constante da primeira à

TABELA 10 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
ENSINO FUNDAMENTAL - Matrículas por Série - 1996

REGIÃO	SÉRIES								
	TOTAL	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
BRASIL Distribuição %	100,0	19,3	15,7	13,6	11,9	13,3	10,5	8,7	7,1
Diferença*	-	6,8	3,2	1,1	-0,6	0,8	-2,0	-3,8	-5,4
NORTE Distribuição %	100,0	25,9	17,2	14,3	11,9	11,8	8,2	6,0	4,7
Diferença*	-	13,4	4,7	1,8	-0,6	-0,7	-4,3	-6,5	-7,8
NORDESTE Distribuição %	100,0	27,1	17,2	13,8	11,1	11,3	8,2	6,4	5,0
Diferença*	-	14,6	4,7	1,3	-1,4	-1,2	-4,3	-6,1	-7,5
CENTRO-OESTE Distribuição %	100,0	17,8	14,3	13,3	12,0	14,9	11,6	9,0	7,2
Diferença*	-	5,3	1,8	0,8	-0,5	2,4	-0,9	-3,5	-5,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC.
Observação: o Distrito Federal foi excluído da Região Centro-Oeste.
* Diferença em relação à distribuição ideal (=12,5).

última série. Desse modo, num nível de ensino de oito anos como é o fundamental no Brasil, o percentual de alunos matriculados em cada série seria igual, isto é, correspondente a 100 dividido por oito, ou 12,5 por cento (tabela 10).

A tabela 10 apresenta a distribuição percentual real dos alunos por série e a diferença em face da distribuição ideal, a saber, os 12,5 por cento em cada série. Os resultados confirmam outros indicadores: para o Brasil como um todo havia uma concentração maior de alunos na primeira e na segunda séries, indicando a reprovação e a repetência mais intensas. Em seguida, o próximo funil se encontrava na quinta série, diminuindo cada vez mais o fluxo até à oitava. Em outros termos, a seleção mais drástica se achava no inicio da escolaridade e, depois, no limiar do antigo ensino médio, que foi integrado ao antigo primário em 1971. Passadas mais de duas décadas, aparece esmaecida, mas visível, a sombra da antiga divisão por níveis de ensino, uma vez que as diferenças curriculares e metodológicas em parte permaneceram, acentuando o fracasso escolar.

Por fim um indicador muito significativo da capacidade de os sistemas de ensino atenderem às diferenças dos alunos é a proporção de matrículas na educação especial. Embora a democratização educacional usualmente seja vista do ponto de vista da estratificação social, todas as diferenças têm que ser contempladas. A tabela 11 indica o número ínfimo de matrículas na educação especial e, em particular, no ensino fundamental obrigatório. No Brasil como um todo apenas 0,36 por cento dos alunos do ensino fundamental regular são atendidos pela educação especial, proporção muito inferior à estimativa de portadores de necessidades educativas especiais.

TABELA 11 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
EDUCAÇÃO ESPECIAL - Alunos Matriculados na Educação Especial
(Total e no Ensino Fundamental)

REGIÕES	EDUCAÇÃO ESPECIAL		
	MATRÍCULA TOTAL (A)	% DA MATRÍCULA TOTAL NO ENS. FUNDAMENTAL (A) (B)	/MATR. DA EDUC. ESPECIAL NO ENS. FUNDAMENTAL/ MATR. NO ENS. FUNDAMENTAL REGULAR (%)
BRASIL	201.142	59,0	0,36
Norte	17.538	62,4	0,39
Nordeste	30.096	45,3	0,13
Centro-Oeste (*)	12.940	56,6	0,37

Fonte: MEC/INEP/SEEC.
(*) Exceto o Distrito Federal.

5. O rendimento escolar

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), seguindo planos de amostragem, oferece dados sobre as escolas que os alunos freqüentaram e o seu rendimento escolar. Esses dados diferem dos indicadores até aqui analisados: ao passo que os dados do SEEC foram obtidos por meio de censos junto aos estabelecimentos de ensino, os resultados do SAEB obedeceram a um plano de amostragem.

Passando aos resultados da escolarização em termos de rendimento, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) oferece alguns dados que, em linhas gerais, coincidem com as variações regionais dos indicadores já analisados. O SAEB-95 apurou o rendimento escolar em matemática e língua portuguesa (leitura) na quarta e oitava séries. Segundo os critérios adotados, um alto nível de proficiência correspondeu a 375 pontos *(Brasil, 1995)*. Assim, as médias nacionais de 174 e 253 pontos em matemática, respectivamente, nas séries indicadas, representam resultados bastante modestos (tabela 12). As Regiões Norte e, sobretudo, Nordeste se situaram abaixo de tais médias, ao passo que o Centro-Oeste as igualou ou superou, por força, em grande parte, do enclave do Distrito Federal. Em língua portuguesa as médias ficaram aproximadamente ao mesmo nível (177 e 252, respectivamente, na quarta e oitava séries). Novamente o Nordeste se colocou abaixo desses valores, seguido do Norte. O Centro-Oeste mais uma vez igualou ou superou as médias nacionais.A análise dos dados pelo órgão competente *(Brasil, 1995)* aponta para médias de proficiência mais altas na quarta e oitava séries para as redes particular e estadual. Como era de esperar, a rede municipal, atendendo a numerosos alunos socialmente menos privilegiados na área rural, alcançou as menores médias em todas as Regiões. Da mesma forma, alunos do período diurno e das Capitais tenderam a sair-se melhor nos

TABELA 12 - Brasil e Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
ENSINO FUNDAMENTAL - SAEB/95
Resultados em Matemática e Língua Portuguesa (Leitura)

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE
Matemática:				
4ª Série	174	145	153	182
8ª Série	253	237	230	253
Língua Portuguesa (Leitura):				
4ª Série	177	154	160	185
8ª Série	252	238	227	252

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

testes, em parte como resultado da interveniência de variáveis socioeconômicas, especificamente o grau de escolaridade dos país. Além disso, em todas as Regiões, quanto mais alta a idade dos alunos, menor foi a proficiência média. Em outros termos, os alunos que apresentaram maior distorção série-idade, em função, inclusive, da repetência, tenderam a ter proficiência média cada vez menor. Ou seja, provavelmente a acumulação de repetências conduziu ao declínio da proficiência média.

Desse modo, como seria de esperar, os resultados espelharam não só as grandes disparidades regionais, como também outros indicadores antes analisados, não se constituindo uma surpresa.

6. Conclusões

O quadro dos indicadores educacionais evidencia mais uma vez as disparidades regionais brasileiras e a situação relativamente desvantajosa das Regiões em tela quanto às próprias médias nacionais. Um programa educacional, portanto, é não apenas justificado, como indispensável e urgente. Outro ponto marcante é a persistência de numerosos estabelecimentos dispersos e de pequeno porte no Norte e Nordeste, dificultando a obtenção das vantagens da economia de escala. Apesar de ter ocorrido aumento do porte médio nas Regiões analisadas, a situação obriga a providências adequadas para atingir Regiões com essas características, a fim de não reduzir ainda mais o grau de eqüidade do ensino fundamental.

Outros pontos marcantes são:

• Quanto à matrícula, predominaram as redes estaduais, exceto no Nordeste. No entanto, refletindo o aludido processo de descentralização, as redes municipais foram as que mais cresceram, menos no Norte. Houve, simultaneamente, um processo de crescente urbanização da matrícula, mais significativa no Centro-Oeste.

• O número de funções docentes aumentou mais que o número de estabelecimentos, com incrementos do porte médio das escolas.

• A matrícula cresceu mais que as funções docentes, elevando a relação alunos por função, exceto no Centro-Oeste. Com isso, certamente houve declínio dos custos unitários, mas nada se pode dizer sobre a qualidade da educação.

• O grau de formação dos professores teve avanço marcante no período, embora persistam numerosos professores leigos.

• No Brasil e nas Regiões em foco houve lenta redução da reprovação e do abandono, que persistem em níveis significativos e que aumentou na Região Norte, localizando-se os maiores gargalos do fracasso escolar na primeira e quinta séries.

• A distorção série-idade introduz aguda heterogeneidade nas classes, criando dificuldades de ordem pedagógica, com que a escola tem tradicional dificuldade de lidar. O pico incide na quinta série.

• A proficiência dos alunos, revelada pelo SAEB/95, foi em geral baixa, com as três Regiões localizadas abaixo da média nacional. O Nordeste e as redes municipais alcançaram os menores níveis de proficiência.

ABSTRACT

This paper presents an overview of the first level of education in the relatively least developed regions in Brazil. It compares data from the 1991 and 1995 educational censuses, as well as the scholastic achievement scores of the 1995 basic education evaluative survey. Variables selected reveal the dramatic regional inequalities in the country and the disadvantages of these regions in comparison with national results. Although the average size of the schools, measured by the number of pupils enrolled, has increased, a high proportion of tiny schools remain in the regions analyzed. Following migrations from rural to urban areas, enrollment increased fast in cities and towns. The teachers' level of schooling improved significantly, whereas repetition and drop out rates fell steadily. Results in general suggest the need of specific policies to fill the gap among the regions of the country.

Key-words: *first level of education; schooling success; migrations; educational politic; regional development.*

RESUMEN

El presente trabajo presenta una visión general de la enseñanza fundamental en las regiones relativamente menos desarrolladas de Brasil. El estudio compara datos de los censos educativos de 1991 y 1995, así como las puntuaciones de rendimiento escolar de la investigación por muestreo sobre la educación básica de 1995. Las variables seleccionadas revelan las dramáticas desigualdades regionales del país y también las desventajas de las tres regiones comparadas a las estadísticas nacionales. Aunque el porte promedio de las escuelas, medido por el número de alumnos matriculados, ha sufrido un incremento, todavía hay una alta proporción de escuelas pequeñas en las regiones analizadas. En secuencia a las migraciones desde las áreas rurales a las urbanas, la matrícula creció rápidamente en las ciudades. Como consecuencias la relación de alumnos por maestro se ha incrementado en el período observado. El nivel de escolaridad de los maestros mejoró significativamente, mientras las tasas de suspenso y evasión cayeron. Los resultados apuntan la necesidad de políticas específicas para reducir las desigualdades.

Palabras clave: *educación de primer grado; suceso escolar; rendimiento escolar; migración; politica educacionaldesarrollo regional*

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Avaliação e Informação Educacional. *Resultados do SAEB/95:* escalas de proficiência. Brasília, DF.: SEDIAE/ INEP, 1995. 22 p.

BOAVENTURA, E. O município e a Educação. In: _____ (Org.) *Políticas municipais de Educação.* Salvador(BA): Ed.Universidade da Bahia ,1996. p.9-30.

GOMES, C.A.C. *Educação pública é prioridade?* Brasília, DF.: Universa, 1996. 64p. (Série Educação; 3; Cadernos da Católica edição extra 3)